AUTOGESTÃO COMO PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO: MULHERES DO PRONATEC E OS CAMINHOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CABO DE SANTO AGOSTINHO–PE

ELISÂNGELA DE FARIAS[1]
[1]Universidade Federal de Pernanbuco – UFPE – elisangela.farias2@ufpe.br

Resumo

Quando mulheres se unem em empreendimentos de economia solidária, o trabalho coletivo torna-se uma poderosa forma de resistência ao capitalismo e ao patriarcado. Este artigo tem como objetivo analisar como o Programa Bolsa Formação Aquicultura (PRONATEC), no Cabo de Santo Agostinho-PE, configura-se como uma práxis feminista de emancipação. A investigação foi conduzida por meio de uma revisão da literatura crítica fundamentada em Marx, Althusser, Fraser e perspectivas feministas contemporâneas. Os achados demonstram que a vulnerabilidade das mulheres é socialmente produzida pela lógica de superexploração capitalista e patriarcal, mas que a economia solidária oferece caminhos concretos de transformação. As práticas de autogestão feminista permitem às mulheres exercer agência, construir redes de solidariedade e ressignificar o trabalho, ao mesmo tempo em que materializam as três dimensões da justiça propostas por Nancy Fraser: redistribuição, reconhecimento e representação. Conclui-se que a articulação entre economia solidária e feminismo, sustentada pela teoria da reprodução social, constitui uma estratégia potente de emancipação e transformação social para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Autogestão; Emancipação Feminina; Vulnerabilidade Social; Economia Solidária; Reprodução Social; Práxis de Libertação.

Abstract

When women join forces in solidarity economy enterprises, collective work becomes a powerful form of resistance against capitalism and patriarchy. This article aims to analyze how the Bolsa Formação Aquicultura Program (PRONATEC), in Cabo de Santo Agostinho-PE, is configured as a feminist praxis of emancipation. The investigation was conducted through a critical literature review grounded in Marx, Althusser, Fraser, and contemporary feminist perspectives. The findings reveal that women's vulnerability is socially produced by capitalist and patriarchal logics of overexploitation, but that solidarity economy offers concrete pathways for transformation. Feminist self-management practices enable women to exercise agency, build networks of solidarity, and re-signify labor, while simultaneously materializing the three

dimensions of justice proposed by Nancy Fraser: redistribution, recognition, and representation. The study concludes that the articulation between solidarity economy and feminism, supported by social reproduction theory, constitutes a powerful strategy for emancipation and social transformation for women in situations of vulnerability.

Keywords: Self-management; Women's Emancipation; Social Vulnerability; Solidarity Economy; Social Reproduction; Praxis of Liberation.

1. Introdução

Mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam, cotidianamente, uma série de obstáculos estruturais que comprometem sua plena inclusão econômica e social. Entre os principais fatores estão a desigualdade decorrente da divisão sexual do trabalho, o acesso restrito a recursos financeiros e educacionais, bem como a persistência da violência doméstica e a sobrecarga com responsabilidades de cuidado. De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), a redução em 25% das disparidades entre os sexos poderia gerar um aumento de até US$ 5,3 trilhões no Produto Interno Bruto (PIB) global até 2025, demonstrando não apenas a injustiça das desigualdades, mas também seu custo econômico para a sociedade como um todo.

Persistem barreiras significativas no mercado de trabalho, particularmente na desigualdade de participação entre homens e mulheres. Em 2023, a taxa de participação feminina na força de trabalho global permaneceu abaixo de 47%, enquanto a masculina superou os 72% (OIT, 2023). No Brasil, essa assimetria também se manifesta de forma preocupante: 52,7% das mulheres estavam economicamente ativas no último trimestre de 2023, frente a 72,3% dos homens (IBGE, 2023). Essa disparidade não é meramente estatística; ela reflete a realidade vivida por milhões de mulheres que enfrentam dificuldades para acessar oportunidades de trabalho digno e bem remunerado.

As desigualdades de gênero no trabalho ultrapassam a questão do acesso ao emprego. Embora ambos os sexos sejam afetados por formas de trabalho vulnerável, as mulheres compõem a maioria das ocupações informais, precárias e com baixa remuneração (ONU, 2023). Frequentemente, as mulheres trabalham em setores com menor proteção social, menores salários e menos oportunidades de progressão profissional. Esse cenário se insere em uma estrutura historicamente consolidada pelo sistema capitalista, que, conforme destaca Federici (2017), fundamentou-se na apropriação dos corpos femininos e na desvalorização do trabalho reprodutivo, cuidado, nutrição, educação e afeto, reduzido a uma obrigação moral e não

reconhecido como trabalho legítimo. O espaço doméstico, nesse contexto, torna-se extensão silenciosa da fábrica, marcado pela ausência de salário, direitos e reconhecimento.

A compreensão dessa realidade exige uma perspectiva que articule crítica à exploração capitalista com crítica às estruturas patriarcais. O capitalismo funciona através da exploração do trabalho, apropriando-se do valor produzido pelos trabalhadores (Marx, 1978, 2004). No entanto, a análise marxista clássica frequentemente invisibilizou o trabalho reprodutivo das mulheres, considerando-o como fora da esfera da produção capitalista. A teoria da reprodução social (Vogel, 2013; Bhattacharya, 2017) oferece uma correção fundamental a essa lacuna, argumentando que o capitalismo depende estruturalmente do trabalho reprodutivo das mulheres para funcionar. Assim, a vulnerabilidade social das mulheres não é um acidente ou uma anomalia do capitalismo, mas uma característica estrutural do sistema, que se sustenta na exploração simultânea do trabalho produtivo e reprodutivo.

Diante dessa realidade de vulnerabilidade estrutural, este artigo propõe uma linha condutória que articula três conceitos fundamentais para a compreensão de possibilidades de emancipação das mulheres. Primeiramente, a teoria da reprodução social oferece ferramentas teóricas para compreender como as desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas no capitalismo (Vogel, 2013; Bhattacharya, 2017; Dalla Costa; James, 2019; Fraser, 2022). A reprodução social compreende todas as atividades necessárias para manter a vida humana e reproduzir a força de trabalho, atividades historicamente executadas por mulheres sem remuneração ou reconhecimento. A teoria da reprodução social permite compreender que a emancipação das mulheres exige a transformação das relações de reprodução social, reconhecendo o trabalho reprodutivo como trabalho legítimo e valorizando as práticas de cuidado e solidariedade.

Em segundo lugar, a emancipação feminina é compreendida como um processo de libertação das estruturas patriarcais que subordinam as mulheres, exigindo uma transformação radical das relações sociais, econômicas e políticas (Beauvoir, 2009; hooks, 2019; Federici, 2017). A emancipação feminina não é um fim em si mesmo, mas um projeto político coletivo que busca a libertação de todas as mulheres, reconhecendo as múltiplas formas de opressão que as afetam (Ferguson, 2016). Para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, a emancipação exige não apenas acesso a oportunidades econômicas, mas transformação das estruturas que as oprimem.

Em terceiro lugar, a economia solidária emerge como uma alternativa de organização econômica que rompe com a lógica capitalista de competição e acumulação, fundamentando-se em princípios de cooperação, solidariedade e autogestão (Singer, 2002; Laville, 2004; Gaiger, 2004). A economia solidária não é apenas uma forma de geração de renda, mas uma prática

política que permite aos trabalhadores exercer controle sobre o processo de trabalho e participar das decisões que afetam suas vidas.

A articulação entre esses três conceitos oferece um framework teórico para compreender como a economia solidária pode contribuir para a emancipação das mulheres. Quando as mulheres se organizam coletivamente em empreendimentos solidários, elas não apenas ganham acesso a renda e autonomia econômica, mas também participam de processos de tomada de decisão, constroem relações de solidariedade e ressignificam o trabalho.

No Brasil, a vulnerabilidade social é uma realidade que afeta desproporcionalmente as mulheres, particularmente aquelas que são negras, pobres e residem em áreas periféricas. A vulnerabilidade não é uma condição individual ou resultado de incapacidade pessoal, mas uma condição socialmente produzida pelas estruturas de exploração capitalista e patriarcal. As mulheres em situação de vulnerabilidade social enfrentam múltiplas privações: baixa escolaridade, desemprego ou subemprego, sobrecarga com cuidados familiares, violência doméstica, acesso limitado a políticas públicas e exclusão das decisões que afetam suas vidas.

A escolha do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), especificamente o Programa Bolsa Formação Aquicultura, justifica-se pela relevância socioeconômica da região do Cabo de Santo Agostinho-PE. O município, localizado na região metropolitana do Recife, é marcado por profundas contradições: de um lado, o desenvolvimento industrial do Complexo de Suape, um dos maiores polos industriais do Brasil; de outro, a persistência de desigualdades locais que afetam diretamente as comunidades pesqueiras, agricultoras e trabalhadoras informais, particularmente as mulheres. Essa contradição entre o desenvolvimento capitalista e a persistência da pobreza é característica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro.

A formação técnica oferecida pelo PRONATEC tem se configurado como uma possibilidade concreta de ruptura com ciclos de dependência e subalternidade, quando articulada com processos de organização coletiva. A qualificação profissional, por si só, é insuficiente para garantir a emancipação das mulheres se não for acompanhada de alternativas econômicas que reconheçam o valor do trabalho das mulheres e permitam sua participação nas decisões que afetam suas vidas. É nesse contexto que a economia solidária emerge como uma possibilidade concreta de articulação entre formação técnica e organização coletiva, permitindo às mulheres não apenas acessar oportunidades econômicas, mas transformar as estruturas que as oprimem.

A lacuna teórica abordada por este artigo reside na necessidade de aprofundar a compreensão da economia solidária não apenas como uma alternativa de geração de renda, mas como uma práxis feminista de resistência que tensiona as relações capitalistas e patriarcais, integrando a teoria da reprodução social, a crítica marxiana. Enquanto há abundante literatura

sobre economia solidária e sobre feminismo separadamente, há uma lacuna significativa na compreensão de como essas duas perspectivas se articulam para criar possibilidades de emancipação das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Desta feita, este artigo tem por objetivo analisar como o Programa Bolsa Formação Aquicultura (PRONATEC), no Cabo de Santo Agostinho-PE, configura-se como uma práxis feminista de emancipação.

As contribuições pretendidas por este artigo incluem: (i) o avanço no debate sobre a autogestão como ferramenta de emancipação feminina, demonstrando como a tomada de decisão coletiva permite às mulheres exercer agência sobre suas próprias vidas; (ii) a articulação entre formação técnica e organização coletiva, mostrando como a qualificação profissional pode ser um instrumento para a construção de alternativas econômicas solidárias; (iii) a compreensão de como as mulheres ressignificam o trabalho por meio de práticas solidárias, transformando o trabalho de instrumento de exploração em espaço de criatividade e autorrealização; e (iv) a análise das dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação na economia solidária, demonstrando como essas dimensões se articulam para a realização da justiça.

2. Revisão da Literatura

A compreensão da economia solidária como práxis de libertação feminina exige uma fundamentação teórica robusta que articule crítica ao capitalismo, análise das estruturas patriarcais e reconhecimento do papel central do trabalho reprodutivo. As seções que seguem desenvolvem essa articulação através de três eixos conceituais interdependentes.

Primeiro, apresenta-se a teoria da reprodução social como ferramenta teórica fundamental para compreender como o capitalismo depende estruturalmente da exploração do trabalho reprodutivo das mulheres, e como a transformação dessas relações é essencial para a verdadeira emancipação. Em seguida, analisa-se a emancipação feminina como um processo de libertação das estruturas patriarcais, reconhecendo as múltiplas formas de opressão que atravessam as experiências das mulheres. Logo após, examina-se a economia solidária e a autogestão como formas de organização econômica que rompem com a lógica capitalista, permitindo aos trabalhadores exercer controle sobre o processo de trabalho. Por fim, a articulação entre esses três eixos, que visa oferecer um framework teórico que permite compreender a economia solidária não apenas como uma alternativa econômica, mas como uma prática política de emancipação que realiza simultaneamente as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação.

2.1 Teoria da Reprodução Social

A teoria da reprodução social oferece um *framework* teórico para compreender como as desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas no capitalismo. O capitalismo depende

de atividades de reprodução social, cuidado, nutrição, educação, manutenção das relações sociais, que são historicamente executadas por mulheres, sem remuneração ou reconhecimento (Vogel, 2013). Essa dependência cria uma contradição estrutural: o capitalismo necessita dessas atividades para funcionar, mas nega a elas qualquer valor social ou econômico.

A reprodução social compreende todas as atividades necessárias para manter a vida humana e reproduzir a força de trabalho. Essas atividades incluem: o cuidado com crianças, idosos e doentes; a preparação de alimentos; a limpeza e manutenção do lar; a educação e socialização das crianças; o apoio emocional e afetivo; e a manutenção das relações sociais e comunitárias (Federici, 2012). Todas essas atividades são essenciais para a manutenção da vida e para a reprodução da força de trabalho que o capitalismo necessita (Marx, 2013). No entanto, essas atividades são historicamente executadas por mulheres, frequentemente sem remuneração, como parte de suas obrigações de esposa e mãe (Fraser, 2013).

A exploração do trabalho reprodutivo das mulheres é fundamental para a acumulação capitalista. Ao não remunerar o trabalho reprodutivo, o capitalismo reduz os custos de reprodução da força de trabalho, aumentando assim a taxa de lucro (Vogel, 2013). A mulher, nessa perspectiva, não é apenas explorada como trabalhadora produtiva, mas também como reprodutora de força de trabalho. A exploração do trabalho reprodutivo das mulheres é, portanto, uma característica estrutural do capitalismo, não um acidente ou uma anomalia (Althusser, 1985).

A reprodução social não é apenas um conjunto de atividades, mas uma dimensão da vida social que articula a produção econômica com a manutenção da vida. Essa compreensão do capitalismo exige uma análise integrada da produção e da reprodução, reconhecendo que as desigualdades de classe, gênero, raça e sexualidade são produzidas simultaneamente através das relações de trabalho produtivo e reprodutivo (Bhattacharya, 2017).

Contudo, faz-se necessário reconhecer a interdependência entre produção e reprodução. A produção capitalista depende da reprodução social, que garante a manutenção e renovação da força de trabalho (Bhattacharya, 2017). Mas a reprodução social também é afetada pela produção capitalista: as condições de trabalho produtivo afetam a capacidade das mulheres de realizar o trabalho reprodutivo, e vice-versa (Fraser, 2013). Essa perspectiva integrada permite uma compreensão mais profunda de como o capitalismo funciona e como as desigualdades são produzidas (Marx, 2013).

Em uma perspectiva histórica sobre o poder das mulheres e a subversão da comunidade, as mulheres sempre resistiram à exploração do trabalho reprodutivo através de práticas de solidariedade comunitária e organização coletiva. Neste sentido a emancipação das mulheres passa necessariamente pela transformação das relações de reprodução social, reconhecendo o

trabalho reprodutivo como trabalho legítimo e valorizando as práticas de cuidado e solidariedade (Dalla Costa; James, 2019).

O trabalho reprodutivo não é apenas uma obrigação individual das mulheres, mas é um trabalho social que sustenta toda a comunidade. Quando as mulheres se organizam coletivamente para realizar o trabalho reprodutivo, elas não apenas reduzem a carga individual, mas também transformam esse trabalho em uma prática política. A organização comunitária do trabalho reprodutivo permite que as mulheres reconheçam seu poder coletivo e sua capacidade de transformar as estruturas sociais (Dalla Costa; James, 2019).

As contradições entre capital e cuidado evidenciam que o capitalismo contemporâneo enfrenta uma crise de reprodução social, na medida em que a crescente mercantilização da vida ameaça os próprios fundamentos que sustentam a reprodução da força de trabalho. A verdadeira emancipação exige uma reorganização radical das relações de reprodução social, colocando o cuidado e o bem-estar no centro da vida econômica. O capitalismo contemporâneo está em crise porque está destruindo as bases sociais e ecológicas que sustentam a reprodução social (Fraser, 2013).

A mercantilização crescente da vida, a transformação de atividades de cuidado em mercadorias, está criando uma situação na qual cada vez menos pessoas têm acesso a cuidado de qualidade (Federici, 2012). Ao mesmo tempo, a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres está se intensificando, na medida em que são forçadas a trabalhar tanto na produção quanto na reprodução, sem tempo ou recursos para cuidar adequadamente de si mesmas e de suas famílias (Bhattacharya, 2017; Vogel, 2013).

Desta feita, a teoria da reprodução social oferece ferramentas teóricas para compreender como a economia solidária pode representar uma ruptura com a lógica capitalista de exploração do trabalho reprodutivo. Essa análise ao argumentar que a emancipação das mulheres exige a integração da crítica às relações de reprodução social com a crítica às relações de produção capitalista. A teoria da reprodução social feminista oferece uma perspectiva que reconhece as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres, permitindo uma análise interseccional que articula gênero, classe, raça e sexualidade (Federici, 2017; Ferguson, 2016).

Neste sentido, torna-se relevante uma ontologia integrativa que compreende a vida social como constituída por múltiplos eixos de opressão entrelaçados. Essa abordagem rompe com modelos fragmentados que analisam o trabalho reprodutivo à parte das estruturas de dominação, reconhecendo que o cuidado não é um ato neutro ou apenas um fardo invisibilizado, mas um espaço de disputa simbólica e material (Fraser, 2013, 2016). Ao valorizar as experiências concretas das mulheres nos territórios e nas relações sociais, Ferguson demonstra que a

reprodução social é simultaneamente condição de existência do capitalismo e terreno fértil para a construção de resistências interseccionais (Bhattacharya, 2017).

A articulação entre economia solidária, emancipação feminina e teoria da reprodução social oferece um framework teórico significativo para compreender as práticas de mulheres em situação de vulnerabilidade social que se organizam coletivamente (Singer, 2002). A economia solidária não é apenas uma forma de organização econômica, mas uma prática política que busca transformar as relações de produção e reprodução, criando espaços onde a solidariedade, o cuidado e a dignidade humana são valores centrais (Marx, 2013; Federici, 2012).

Para as mulheres, a participação em empreendimentos solidários representa uma oportunidade de romper com o isolamento do trabalho doméstico, de valorizar seus saberes e de construir redes de apoio mútuo. A autogestão, nesse contexto, não é apenas um mecanismo de tomada de decisão, mas uma prática de emancipação que permite às mulheres exercer agência sobre suas próprias vidas e contribuir para a transformação das estruturas sociais que as oprimem. Nos empreendimentos solidários, as mulheres não apenas ganham acesso a renda, mas também desenvolvem capacidades de liderança, constroem relações de solidariedade e ressignificam o trabalho.

A teoria da reprodução social oferece ferramentas teóricas para compreender como a economia solidária pode representar uma ruptura com a lógica capitalista de exploração do trabalho reprodutivo. Nos empreendimentos solidários, o cuidado, a solidariedade e a manutenção das relações sociais não são atividades invisibilizadas e desvalorizadas, mas são reconhecidas como centrais para o funcionamento do empreendimento. A economia solidária, nessa perspectiva, é um espaço onde a reprodução social é politizada e transformada em uma prática de emancipação.

2.2 Emancipação Feminina

A emancipação feminina é um conceito que ultrapassa a simples inclusão das mulheres nas estruturas existentes. Beauvoir (2009), em sua obra seminal "O Segundo Sexo", argumenta que a mulher foi historicamente construída como "o Outro" em relação ao homem, sendo definida não por sua própria essência, mas pela sua relação com o homem. A mulher foi reduzida a um objeto para o homem, negando-lhe a possibilidade de ser sujeito de sua própria história. A emancipação, nessa perspectiva, exige que as mulheres se reconheçam como sujeitos autônomos, capazes de definir suas próprias vidas e contribuir para a transformação do mundo.

Deste modo, a emancipação feminina não é apenas uma questão de direitos legais ou acesso a oportunidades, mas uma transformação profunda da consciência e das relações sociais. A mulher deve se reconhecer como um ser livre, capaz de transcender as limitações impostas pela sociedade patriarcal. Essa transcendência não é um ato individual, mas um processo coletivo

que exige a transformação das estruturas sociais que sustentam a subordinação das mulheres. A emancipação feminina é, portanto, um projeto político que busca a libertação de todas as mulheres, não apenas de algumas (Beauvoir, 2009).

O feminismo é para todo mundo, não apenas para mulheres brancas de classe média (Hooks, 2019). É importante o olhar para um feminismo interseccional que reconheça as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres, particularmente aquelas situadas nas margens da sociedade capitalista. A emancipação feminina exige uma transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas que sustentam a dominação patriarcal, mas também reconhece que essas estruturas de dominação são entrelaçadas com estruturas de opressão de classe, raça e sexualidade (Hooks, 2019).

Nessa perspectiva, é enfatizado que o feminismo que seja inclusivo, que reconheça as diferenças entre as mulheres e que busque a libertação de todas as mulheres, não apenas de algumas. Esse feminismo deve estar enraizado nas experiências concretas das mulheres, particularmente daquelas que são mais oprimidas. Desta feita, não se refere a um conjunto de ideias abstratas, mas uma prática política que emerge das lutas cotidianas das mulheres por dignidade, justiça e liberdade (Hooks, 2019).

Um outro olhar é do Evaristo (2014), através de sua obra literária "Olhos d'água", oferece uma perspectiva poética e visceral sobre a emancipação feminina, particularmente a de mulheres negras e pobres. Suas narrativas revelam como a emancipação é construída através de práticas cotidianas de resistência, solidariedade e criatividade. As mulheres em seus contos não são vítimas passivas, mas sujeitos ativos que resistem às estruturas de opressão através de pequenos atos de rebeldia, de solidariedade com outras mulheres e de criatividade na construção de alternativas. A emancipação, nessa perspectiva, não é apenas um objetivo político distante, mas uma realidade vivida nas práticas de mulheres que se recusam a aceitar a subordinação.

Assim, a emancipação feminina pode ser entendida por um processo fragmentado, um processo complexo, contraditório e por vezes dolorosas. As mulheres nessa perspectiva enfrentam violência, pobreza, racismo e sexismo, mas continuam lutando, continuam criando, continuam resistindo (Evaristo, 2014). Em uma visão que valoriza as experiências e as vozes das mulheres negras e pobres, reconhecendo sua capacidade de agência e sua contribuição para a transformação social.

Contudo, a emancipação feminina, exige a recuperação do controle sobre os corpos, os saberes e o tempo das mulheres, historicamente apropriados pelo capitalismo e pelo patriarcado. O capitalismo não apenas explora o trabalho das mulheres, mas também se apropria de seus corpos, de seus saberes e de seu tempo para a reprodução da força de trabalho. A emancipação,

nessa perspectiva, exige uma recusa mais enfática dessa apropriação, uma recuperação do controle sobre os próprios corpos e vidas (Federici, 2017).

Assim, a emancipação não é um ato individual, mas se realiza por meio de organização política coletiva, solidariedade e redes de apoio mútuo. Essa ação exige a supressão das dinâmicas de dominação, reposicionando as mulheres como protagonistas da produção de saberes, afetos e mundos. Trata-se de imergir em uma forma coletiva, autônoma e enraizada na dignidade de reprodução da vida. A emancipação feminina é, portanto, um projeto de libertação que busca não apenas a igualdade formal, mas a transformação radical das estruturas que sustentam a dominação patriarcal e capitalista (Federici, 2017).

Desta feita, a articulação entre emancipação feminina e economia solidária oferece possibilidades concretas para a realização dessa emancipação. Nos empreendimentos solidários, as mulheres não apenas ganham acesso a renda e autonomia econômica, mas também participam de processos de tomada de decisão, constroem relações de solidariedade e ressignificam o trabalho. A economia solidária, nessa perspectiva, é um espaço no qual a emancipação feminina pode ser vivida e praticada cotidianamente. As mulheres em empreendimentos solidários desenvolvem capacidades de liderança, aprendem a trabalhar coletivamente, constroem confiança em suas próprias capacidades e desenvolvem consciência crítica sobre as estruturas de opressão que as afetam.

2.3 Economia Solidária e Autogestão

A economia solidária emerge, no contexto contemporâneo, como uma alternativa às formas hegemônicas de organização econômica capitalista, fundamentando-se em princípios de cooperação, solidariedade e autogestão. A economia solidária é definida como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo e poupança organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias e outras organizações similares, cujo objetivo é satisfazer as necessidades dos seus membros e contribuir para o desenvolvimento local e sustentável (Singer, 2002). Essa definição enfatiza que a economia solidária não é apenas uma forma de organização econômica, mas uma prática que busca integrar objetivos econômicos com objetivos sociais e ambientais.

A economia solidária se distingue do capitalismo convencional em vários aspectos fundamentais. Enquanto o capitalismo busca a maximização do lucro e a acumulação de capital (Marx, 2013), a economia solidária busca satisfazer as necessidades dos seus membros e contribuir para o bem comum (Singer, 2002). Enquanto no capitalismo o capital é propriedade privada de alguns indivíduos, na economia solidária os meios de produção são propriedade coletiva dos trabalhadores (Althusser, 1985). Enquanto no capitalismo as decisões são tomadas

hierarquicamente por proprietários ou gerentes, na economia solidária as decisões são tomadas democraticamente por todos os membros (Fraser, 2006).

Os princípios fundamentais da economia solidária incluem: (i) a cooperação, que significa trabalhar juntos para objetivos comuns (Singer, 2002); (ii) a solidariedade, que significa reconhecer a interdependência entre os membros e entre a organização e a comunidade (Fraser, 2006); (iii) a autogestão, que significa que os trabalhadores controlam o processo de trabalho e as decisões sobre a organização (Marx, 2013); (iv) a sustentabilidade, que significa que as atividades econômicas devem ser viáveis a longo prazo e respeitar o meio ambiente (Loureiro, 2012); (v) a equidade, que significa que os benefícios do trabalho devem ser distribuídos de forma justa entre todos os membros, autogestão (Singer, 2002).

A autogestão, conceito central na economia solidária, refere-se ao exercício do poder de decisão de forma coletiva e democrática, no qual todos os membros participam das decisões que afetam a organização. A economia solidária não é apenas uma forma de organização econômica, mas uma prática política que busca democratizar as relações de produção e consumo, criando espaços de participação e deliberação coletiva (Laville, 2004). A autogestão, nessa perspectiva, é um exercício de democracia econômica que vai além da democracia política formal, permitindo que os trabalhadores tenham controle real sobre as condições de seu trabalho.

Nessa perspectiva, a autogestão não é um fim em si mesmo, mas um meio para a realização de objetivos coletivos baseados na solidariedade e na justiça social. Exige que os membros da organização participem ativamente das decisões, tenham acesso a informações sobre o funcionamento da organização, que possam expressar suas opiniões e que essas opiniões sejam consideradas na tomada de decisão. Também exige transparência nas operações financeiras, igualdade no acesso aos benefícios e responsabilidade compartilhada pelos resultados.

A ação em empreendimentos econômicos solidários, demonstra que a economia solidária não é apenas uma resposta à exclusão econômica, mas uma construção de novas formas de vida e de relacionamento social (Gaiger, 2004). Os empreendimentos solidários criam espaços onde a cooperação, o cuidado mútuo e o reconhecimento da dignidade humana são valores centrais. A solidária representa uma ruptura com a lógica capitalista de competição e acumulação, abrindo possibilidades para a construção de relações sociais baseadas na reciprocidade e na confiança (Gaiger, 2004). A autogestão, nesse sentido, não é apenas um mecanismo de tomada de decisão, mas uma prática que reconhece a dignidade e a capacidade de cada pessoa de contribuir para a vida coletiva.

No contexto das mulheres, a economia solidária adquire significado particular. A participação em empreendimentos solidários permite que as mulheres escapem do isolamento do trabalho doméstico, construindo redes de apoio mútuo e participando de decisões que afetam suas

vidas (Singer, 2002). A autogestão, nesse sentido, não é apenas uma forma de organização econômica, mas uma prática de emancipação que permite às mulheres exercer agência sobre suas próprias vidas (Fraser, 2013) e contribuir para a transformação das estruturas sociais que as oprimem (Marx, 2013; Althusser, 1985).

A articulação entre economia solidária e feminismo é fundamental para compreender o potencial emancipatório dessa forma de organização. Conforme documentado pela Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF, 2015), a economia solidária feminista busca integrar a crítica às desigualdades de gênero com a crítica às desigualdades econômicas, reconhecendo que a verdadeira emancipação exige a transformação simultânea das relações de classe e de gênero (Fraser, 2013). Nessa perspectiva, a autogestão feminista não é apenas um mecanismo de tomada de decisão, mas uma prática de resistência que desafia as estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam a subordinação das mulheres (Marx, 2013; Althusser, 1985).

As mulheres desenvolvem formas orgânicas de gestão de conflitos e constroem autonomia por meio da ação coletiva em rede. Essas pesquisas evidenciam que a autogestão feminista não é um conceito abstrato, mas uma prática concreta que emerge das experiências cotidianas de mulheres que se organizam coletivamente para transformar suas condições de vida (Schwenck, 2024; Soares et al. 2024). A autogestão, nesse contexto, é simultaneamente uma forma de organização econômica, uma prática política e uma estratégia de emancipação. As mulheres em empreendimentos solidários não apenas ganham acesso a renda, mas também desenvolvem capacidades de liderança, constroem relações de solidariedade e ressignificam o trabalho.

3. Trilha Metodológica

3.1 Contexto Local: Cabo de Santo Agostinho

O Cabo de Santo Agostinho é um município localizado na região metropolitana do Recife, em Pernambuco. O município é marcado por profundas contradições: de um lado, o desenvolvimento industrial do Complexo de Suape, um dos maiores polos industriais do Brasil; de outro, a persistência de desigualdades locais que afetam diretamente as comunidades pesqueiras, agricultoras e trabalhadoras informais. Essa contradição entre o desenvolvimento capitalista e a persistência da pobreza é característica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro.

A região do Cabo de Santo Agostinho tem uma longa história de organização comunitária e resistência. As comunidades pesqueiras têm uma tradição de cooperação e solidariedade, baseada na necessidade de trabalhar coletivamente para enfrentar os desafios da pesca artesanal. As mulheres, particularmente, têm uma longa história de organização, tanto no trabalho de processamento de pescado quanto na organização comunitária. A formação técnica oferecida

pelo PRONATEC, quando articulada com essa tradição de organização comunitária, oferece possibilidades para a construção de empreendimentos solidários que permitem às mulheres transformar suas condições de vida.

A materialização da economia solidária no Cabo de Santo Agostinho ocorre através da formação de associações e cooperativas de mulheres que trabalham com aquicultura, processamento de pescado e outras atividades relacionadas. Essas organizações adotam princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, criando espaços onde as mulheres podem exercer agência sobre suas próprias vidas. A participação em empreendimentos solidários permite que as mulheres ganhem acesso a renda, desenvolvam capacidades de liderança, construam relações de solidariedade e ressignifiquem o trabalho.

3.2 Método

Este artigo adota uma metodologia de revisão de literatura, fundamentada no paradigma interpretativista e crítico da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, buscando compreender os fenômenos em seus contextos naturais, atribuindo sentido às experiências vividas através de múltiplas perspectivas interpretativas. O paradigma interpretativista reconhece que a realidade social é construída através da interação entre indivíduos e que o significado é produzido socialmente. Nessa perspectiva, não há uma realidade objetiva independente do observador, mas múltiplas realidades construídas através de processos de interpretação e negociação (Denzin; Lincoln, 2018).

O paradigma crítico, por sua vez, busca não apenas compreender a realidade social, mas desvelar as estruturas de dominação e as possibilidades de emancipação (Bogdan; Biklen, 1994). O pesquisador crítico reconhece que o conhecimento não é neutro, mas sempre situado em relações de poder. A pesquisa crítica busca contribuir para a transformação das estruturas injustas, identificando as contradições e as possibilidades de resistência. A combinação entre o paradigma interpretativista e o crítico permite uma compreensão profunda dos processos sociais, reconhecendo tanto a multiplicidade de perspectivas quanto a necessidade de crítica às estruturas de dominação.

A fundamentação teórica segue a perspectiva marxista de análise da realidade social, conforme Marx e Engels (1978) argumentam em "A Ideologia Alemã": a compreensão dos fenômenos sociais exige o exame das condições materiais de existência, das relações de produção e das contradições que caracterizam o sistema capitalista. Para Marx, não é a consciência que determina a vida social, mas a vida social que determina a consciência. Nesse sentido, a análise das práticas de economia solidária exige uma compreensão das condições materiais em que essas práticas emergem, das relações de produção que as caracterizam e das contradições que as atravessam.

Nessa perspectiva, a revisão de literatura não se restringe a um levantamento descritivo de fontes, mas constitui-se como uma análise crítica que busca desvelar as estruturas de dominação e as possibilidades de emancipação. A revisão de literatura crítica é um processo de leitura ativa, onde o pesquisador não apenas absorve o conhecimento existente, mas o questiona, o critica e busca identificar lacunas e possibilidades de avanço teórico.

3.3 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados foi realizada durante o período de junho a agosto de 2025, através de uma pesquisa literária sistemática em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e acervos de organizações de economia solidária. Seguindo a pesquisa da literatura compreende o levantamento de toda a bibliografia já publicada sobre o tema, permitindo ao pesquisador conhecer o que já foi estudado, as contribuições anteriores e as lacunas que ainda precisam ser preenchidas (Lakatos; Marconi, 2017).

Os procedimentos de coleta incluíram:

a) Seleção de Fontes Primárias e Secundárias: Foram selecionadas obras clássicas de Marx, Engels e Althusser que fornecem as bases teóricas para a compreensão do capitalismo, da alienação e da reprodução social; literatura feminista contemporânea (Federici, Ferguson, Beauvoir, Hooks, Evaristo), que articula a crítica marxista com a perspectiva feminista; estudos específicos sobre economia solidária (Singer, Laville, Gaiger) que oferecem definições, princípios e análises de práticas concretas; teoria da reprodução social (Vogel, Bhattacharya, Dalla Costa, James, Fraser) que oferece ferramentas para compreender como as desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas; e pesquisas empíricas recentes sobre práticas feministas de autogestão que documentam as experiências concretas de mulheres em empreendimentos solidários;

b) Organização Temática: Os textos foram organizados em torno de três eixos conceituais principais: (i) Economia Solidária e Autogestão, que compreende as definições, princípios e práticas de organização econômica alternativa; (ii) Emancipação Feminina, que articula diferentes perspectivas sobre como as mulheres podem se libertar das estruturas de dominação patriarcal; (iii) Teoria da Reprodução Social, que oferece ferramentas para compreender como o trabalho reprodutivo é explorado e como pode ser transformado em espaço de emancipação. Essa organização permitiu a articulação entre diferentes perspectivas teóricas e a identificação de convergências e divergências.

c**) Análise Crítica:** Seguindo a perspectiva de Thompson (2001), as narrativas presentes nos textos foram analisadas criticamente, compreendendo a consciência de classe como construída historicamente por meio de experiências sociais, luta cultural e interação simbólica. Thompson argumenta que a consciência não é um reflexo automático das condições materiais, mas é

construída através de processos de luta e negociação. Essa análise busca identificar como os autores interpretam as experiências de vulnerabilidade, exploração e resistência, e como constroem significados sobre a autogestão e a economia solidária.

d) Análise Interseccional: Conforme Ferguson (2016), a análise considerou os múltiplos eixos de opressão (gênero, raça, classe, sexualidade) que atravessam as experiências das mulheres, evitando análises fragmentadas e reconhecendo as intersecções entre diferentes formas de dominação. A análise interseccional reconhece que as mulheres não são um grupo homogêneo, mas que suas experiências são diferenciadas de acordo com sua posição em relação a múltiplos eixos de poder. Nessa perspectiva, a análise da economia solidária deve considerar como as práticas solidárias afetam diferentemente mulheres de diferentes raças, classes e sexualidades.

Para garantir o rigor metodológico, foram utilizadas estratégias de triangulação de dados, comparação entre diferentes perspectivas teóricas e validação através do diálogo com pesquisas empíricas recentes. A triangulação permite aumentar a confiabilidade dos achados através da convergência de múltiplas fontes de evidência. A triangulação pode ser de dados (comparação entre diferentes tipos de dados), de métodos (comparação entre diferentes métodos de coleta e análise) ou de perspectivas teóricas (comparação entre diferentes abordagens teóricas) (Bogdan; Biklen, 1994).

Os critérios de inclusão das fontes bibliográficas foram: (i) relevância para os temas de economia solidária, autogestão, emancipação feminina e reprodução social; (ii) qualidade acadêmica e rigor teórico, priorizando publicações em periódicos revisados por pares, livros de editoras reconhecidas e teses de doutorado; (iii) representatividade de diferentes perspectivas teóricas e geográficas, buscando incluir autores de diferentes países e tradições teóricas; (iv) atualidade, priorizando publicações dos últimos 20 anos, com exceção de obras clássicas fundamentais que continuam sendo referência obrigatória; (v) acessibilidade, priorizando obras disponíveis em português ou em tradução, embora também tenham sido incluídas obras em inglês.

A análise dos dados foi realizada através de leitura cuidadosa e anotação sistemática dos textos, identificação de temas emergentes, comparação entre diferentes perspectivas teóricas e síntese das contribuições de cada autor para a compreensão do objeto de estudo. Esse processo permitiu a construção de um referencial teórico robusto e coerente que fundamenta a análise apresentada neste artigo.

Quadro 1- Autores, Conceitos Centrais e Contribuições Teóricas

Autor(a)	Ano	Conceito Central	Conceitos-Chave	Contribuição para o Artigo
Marx, Karl	1978, 2004	Alienação e trabalho	Relação capital-trabalho, emancipação, práxis	Fundamentação crítica das relações de produção capitalista e possibilidades de emancipação
Engels, Friedrich	1978	Condições materiais	Materialismo histórico, classes sociais	Análise das condições materiais de existência das mulheres em vulnerabilidade
Althusser, Louis	1980	Aparelhos Ideológicos	Reprodução social, ideologia, Estado	Compreensão de como as desigualdades de gênero são naturalizadas e reproduzidas
Beauvoir, Simone de	2009	Mulher como Outro	Autonomia, subjetividade, liberdade	Fundamentação filosófica da emancipação feminina
Hooks, Bell	2019	Feminismo interseccional	Interseccionalidade, solidariedade	Perspectiva inclusiva do feminismo que reconhece múltiplas opressões
Vogel, Lise	2013	Trabalho reprodutivo	Reprodução social, capitalismo, gênero	Análise histórica da exploração do trabalho reprodutivo das mulheres
Bhattacharya, Tithi	2017	Reprodução social	Classe, gênero, raça, sexualidade	Perspectiva integrada que articula produção e reprodução
Dalla Costa, Mariarosa; James, Selma	2019	Poder das mulheres	Comunidade, solidariedade, subversão	Análise histórica da resistência das mulheres e organização comunitária
Fraser, Nancy	2007, 2013, 2015, 2022	Justiça multidimensional	Redistribuição, reconhecimento, representação	Análise das dimensões de justiça na economia solidária feminista
Federici, Silvia	2017	Emancipação feminina	Corpo, trabalho reprodutivo, libertação	Crítica feminista ao capitalismo e perspectiva de emancipação radical
Ferguson, Susan	2016	Feminismo de reprodução social	Interseccionalidade, opressão, emancipação	Articulação entre teoria da reprodução social e perspectiva interseccional
Singer, Paul	2002	Economia solidária	Cooperação, autogestão, solidariedade	Definição e princípios fundamentais da economia solidária
Laville, Jean-Louis	2004	Economia solidária internacional	Democracia econômica, participação	Perspectiva internacional e política da economia solidária
Gaiger, Luiz Inácio	2004	Sentidos da ação solidária	Empreendimentos, comunidade, vida	Análise dos significados e práticas em empreendimentos solidários

Autor(a)	Ano	Conceito Central	Conceitos-Chave	Contribuição para o Artigo
Thompson, Eric P.	2001	Consciência de classe	Experiência, luta, história	Método de análise crítica de narrativas e consciência histórica

4. Análise: Síntese Teórica e Implicações

A análise integrada dos três eixos teóricos: teoria da reprodução social, emancipação feminina e economia solidária com autogestão, revela convergências significativas que fundamentam a compreensão da economia solidária como práxis de libertação feminina (Fraser, 2013; Bhattacharya, 2017). Em primeiro lugar, todos os autores analisados reconhecem que a emancipação das mulheres exige uma transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas que sustentam a dominação patriarcal e capitalista (Marx, 2013; Althusser, 1985). Não se trata de reformas pontuais ou inclusão das mulheres nas estruturas existentes, mas de uma reconstrução fundamental das relações de produção e reprodução (Federici, 2012).

Em segundo lugar, a teoria da reprodução social oferece ferramentas teóricas para compreender como a economia solidária transforma as relações de reprodução social. Ao reconhecer o trabalho reprodutivo como trabalho legítimo e valorizar as práticas de cuidado e solidariedade, a economia solidária desafia a lógica capitalista que invisibiliza e desvaloriza essas atividades (Vogel, 2013). Para as mulheres, isso representa uma oportunidade de romper com o isolamento do trabalho doméstico e de construir redes de apoio mútuo baseadas na solidariedade (Singer, 2002).

Em terceiro lugar, a análise revela que a economia solidária oferece um espaço concreto onde essa transformação pode começar a ser realizada. Através da autogestão, da cooperação e da solidariedade, as mulheres em empreendimentos solidários criam relações de trabalho que diferem fundamentalmente daquelas impostas pelo capitalismo (RESF, 2015). Nessas relações, o trabalho não é alienado, o cuidado é valorizado, e a participação nas decisões é garantida. A economia solidária, nessa perspectiva, não é apenas uma alternativa econômica, mas uma prática política de emancipação (Fraser, 2006).

A análise também revela desafios e limitações. A economia solidária, por si só, não é capaz de transformar as estruturas capitalistas e patriarcais que dominam a sociedade. Os empreendimentos solidários existem dentro de um contexto capitalista que constantemente ameaça sua viabilidade (Marx, 2013). Além disso, a participação em empreendimentos solidários não elimina automaticamente as desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam a

sociedade (Fraser, 2013). A emancipação das mulheres exige uma luta política contínua que articule as práticas de economia solidária com movimentos sociais mais amplos (Federici, 2012).

Apesar desses desafios, a análise demonstra que a economia solidária oferece possibilidades reais para a emancipação das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Através da formação técnica oferecida pelo PRONATEC e da participação em empreendimentos solidários, as mulheres do Cabo de Santo Agostinho-PE estão construindo alternativas viáveis que permitem a transformação de suas condições de vida. A economia solidária, nessa perspectiva, é mais que uma alternativa econômica; é uma prática de libertação que oferece esperança e possibilidade de um mundo diferente.

5. Considerações Finais

Este artigo analisou teoricamente como o trabalho coletivo em empreendimentos de economia solidária e cooperativismo, desenvolvido por mulheres egressas do Programa Bolsa Formação Aquicultura (PRONATEC) no Cabo de Santo Agostinho-PE, configura-se como uma práxis feminista de resistência às lógicas de alienação e subordinação do mercado capitalista. A análise integrada de perspectivas teóricas diversas—economia solidária, emancipação feminina, teoria da reprodução social e justiça multidimensional—ofereceu um framework robusto para compreender essa práxis.

A teoria da reprodução social ofereceu ferramentas para compreender como a economia solidária transforma as relações de reprodução social, reconhecendo o trabalho reprodutivo como trabalho legítimo e valorizando as práticas de cuidado e solidariedade. Para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, isso representa uma oportunidade de romper com o isolamento do trabalho doméstico e de construir alternativas viáveis que permitem a transformação de suas condições de vida. A economia solidária, nessa perspectiva, não apenas oferece uma alternativa econômica, mas oferece uma possibilidade de vida digna e plena.

A economia solidária emerge, nessa análise, não apenas como uma alternativa de geração de renda, mas como um espaço onde as mulheres podem exercer agência sobre suas próprias vidas, construir relações de solidariedade e ressignificar o trabalho. Através da autogestão, as mulheres participam de processos de tomada de decisão que afetam suas vidas, realizando a dimensão política da justiça. Através da cooperação e da solidariedade, constroem redes de apoio mútuo que reconhecem o valor de seu trabalho, realizando a dimensão cultural da justiça. E através do acesso a renda e oportunidades econômicas, ganham autonomia econômica.

A formação técnica oferecida pelo PRONATEC, quando articulada com a organização coletiva em empreendimentos solidários, oferece possibilidades concretas para a emancipação das mulheres. A qualificação profissional não apenas aumenta as oportunidades de emprego, mas permite que as mulheres se insiram em redes de economia solidária onde podem exercer agência

e construir relações baseadas na solidariedade e no cuidado mútuo. A formação técnica, nessa perspectiva, não é apenas um instrumento de inserção no mercado de trabalho, mas um instrumento de emancipação e libertação.

Conclui-se que a economia solidária, quando articulada com a perspectiva feminista e fundamentada na teoria da reprodução social, representa uma potente estratégia de transformação social. Ao recolocar o cuidado e a reprodução da vida no centro da economia, as mulheres do Cabo de Santo Agostinho apontam caminhos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada. A pesquisa futura, mediante a coleta e análise de narrativas das mulheres egressas do PRONATEC, permitirá aprofundar a compreensão empírica desses processos e validar as proposições teóricas apresentadas neste artigo, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre práticas feministas de emancipação e economia solidária.

A luta pela emancipação das mulheres é uma luta contínua que exige compromisso, criatividade e solidariedade. A economia solidária oferece um espaço onde essa luta pode ser realizada de forma coletiva e transformadora. As mulheres do Cabo de Santo Agostinho, através de suas práticas de economia solidária, estão demonstrando que um outro mundo é possível, um mundo onde o trabalho é dignificado, onde a solidariedade é valorizada no qual todas as mulheres podem exercer plenamente sua liberdade e agência.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas para uma investigação. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BHATTACHARYA, T. (Org.). **Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.042, de 21 de dezembro de 2021. Regulamenta o Programa Bolsa Formação Aquicultura**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Programa Bolsa Formação Aquicultura: diretrizes e orientações.** Brasília, DF, 2018.

DALLA COSTA, M.; JAMES, S. **O poder das mulheres e a subversão da comunidade**. São Paulo: Editora SOF, 2019.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **The Sage handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DURHAM, E. R. A família e a reprodução humana. In: DURHAM, E. R. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. **São Paulo: Cosac Naify**, **1980. p. 175-192.**

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, S. **Intersectionality and Social-Reproduction Feminisms: Toward an Integrative Ontology**. Historical Materialism, v. 24, n. 2, p. 38-60, 2016.

FRASER, N. **Contradições do capital e cuidados**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FRASER, N. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis**. London: Verso, 2013.

FRASER, N. Justiça anormal. **Revista Brasileira de Ciência Política,** n. 16, p. 7-40, 2015.

FRASER, Nancy. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. London: Verso, 2006.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 70, p. 101-138, 2007.

GAIGER, L. I. **Sentidos da ação em empreendimentos econômicos solidários**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

HOOKS, B. O **feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): resultados do quarto trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVILLE, J.-L. **A economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico. *Educação ambiental e movimentos sociais: a construção de uma cidadania ecológica*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARIANO, S. Debates feministas sobre direito, justiça e reconhecimento: uma reflexão a partir do modelo teórico de Nancy Fraser. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 1978.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 1978.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2023**. Genebra: OIT, 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório sobre a Situação das Mulheres no Mundo.** Nova York: ONU, 2023.

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA (RESF). **Economia solidária e feminismo: práticas de resistência e emancipação**. Brasília: RESF, 2015.

RESF. Rede de Economia Solidária e Feminista**. Quem somos**. Disponível em: https://portal.resf.com.br/quem-somos/. Acesso em: 14 maio 2026.

SCHWENCK, B. **Mulheres construindo sua autonomia: concepções e práticas feministas em redes de economia solidária no Brasil**. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, M. N. M.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; LÁZARO, J. C. A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 1, p. 1-18, 2024.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women**. Chicago: Haymarket Books, 2013.